



“Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato”: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala (Porto Alegre/Taquari, século XIX)

Paulo Roberto Staudt Moreira*
Raul Rois Schefer Cardoso**

Resumo: Na rua da Ponte, após a Guerra do Paraguai rebatizada de Riachuelo, morava o Dr. Caetano Xavier Pereira de Brito, cavaleiro da Ordem de Cristo e Juiz de Fora, nascido em Pernambuco. Uma rotina habitual, mas não por isso menos tétrica, esperava o Juiz naquele dia 30 de outubro de 1821. O Capitão de Mato Francisco Gonçalves trouxera uma cabeça humana, que necessitava de identificação. Pelo Capitão de Mato foi dito que a cabeça era de Antonio Banguela, escravo do comerciante Manoel Alves dos Reis Louzada, morto “no ato de ser apreendido em um quilombo”. No dia 01.09.1821 alguns africanos falquejavam numa chácara próxima a Porto Alegre. Descontentes com o ritmo imposto pelo capataz, o agarraram pelas goelas e, com uma pancada com o olho de um machado, o assassinaram. Os homicidas, todos da África Central Atlântica, eram cativos do futuro Barão de Guaíba, que, ao falecer em 1862, alforriou em testamento 23 cativos, todos envolvidos em relações familiares oficiais, de um total de cerca 168 escravos. No ano seguinte à morte do Barão, uma desordem ocorreu em suas fazendas nas margens do rio Taquari, naquela época já pertencentes ao seu herdeiro universal e compadre, o cirurgião-mor Antonio Moraes. Os depoimentos dos escravos presos evidenciam uma comunidade de senzala madura e que o movimento visava negociar a manutenção de direitos costumeiros. Assim, nossa proposta é estabelecer uma aproximação com as experiências mais cotidianas desta comunidade negra, dispersa (mas interligada) entre o espaço urbano de Porto Alegre e o rural de Taquari. Sob a perspectiva de uma história social da cultura, a via de acesso será o uso etnográfico de fontes judiciárias, nelas coletando experiências que ilustrem a tensa e difícil constituição de uma comunidade de senzala, onde valores associados a honra e parentesco embasam relações hierárquicas e pessoais.

* Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: moreirast@terra.com.br.

** Professor do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: rois1@terra.com.br.



Palavras-chave: escravidão; história social da cultura; honra.

Abstract: In Street Bridge, after the War of Paraguay renamed Riachuelo, lived Dr. Caetano Xavier de Brito Pereira, knight of the Order of Christ and Juiz de Fora, born in Pernambuco. A usual routine but no less dire, the judge hoped that day October 30, 1821. The capitão de mato Francisco Gonçalves brought a human head, which required identification. By capitão de mato was told that the head was Antonio Banguela, slave merchant Manoel Alves dos Reis Louzada dead "in the act of being seized in a maroon". On 09/01/1821 some Africans worked in a small farm close to Porto Alegre. Dissatisfied with the pace set by the foreman, grabbed him by the throats, and with a blow to the eye of an ax murdered. Murderers, all of Atlantic Central Africa, were captives of the future Baron of Guaíba, that when he died in 1862, in a testament freed 23 captives, all involved in family relations officers, a total of about 168 slaves. In the year following the death of Baron, a disorder occurred in their farms on the banks of the river Taquari, at that time already belonging to his sole heir and compadre, Surgeon-Major Antonio Moraes. The testimony of slaves prisoners reveal a community of mature and slave quarters that the move was aimed at negotiating the maintenance of customary rights. Thus, our proposal is to establish an approach to more everyday experiences of this black community, scattered (but interconnected) between the urban area of Porto Alegre and rural Taquari. From the perspective of a social history of culture, the access will use ethnographic sources judicial collecting them experiences that illustrate the tense and difficult formation of a community of slave quarters, where values associated with honor and kinship underlie hierarchical relationships and personal.

Keywords: Slavery; social history of culture; honor.

A rua da Ponte, após a Guerra do Paraguai rebatizada de Riachuelo, era uma das mais antigas ruas do centro de Porto Alegre. Nela morava o Dr. Caetano Xavier Pereira de Brito, cavaleiro da Ordem de Cristo e Juiz de Fora, nascido em Pernambuco. Uma rotina habitual, mas não por isso menos tétrica, esperava o Juiz naquele dia 30 de outubro de 1821. O Capitão de Mato Francisco Gonçalves trouxera uma cabeça humana, que necessitava de identificação.¹

¹APERS – Tribunal do Júri, Porto Alegre, processo 179. RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 69; COMISSOLLI, 2008 e 2011.



Por este motivo o Juiz mandou que o escrivão notificasse para que comparecesse imediatamente em sua residência ao comerciante Manoel Alves dos Reis Louzada, pois a suspeita era de que se tratava de pedaço do corpo de um seu escravo. O Escrivão Barreto tentou cumprir sua missão, mas não encontrou o comerciante Louzada, que estava em sua chácara nas imediações de Porto Alegre, trouxe então o caixeiro do mesmo.

Marcos Gomes Jardim tinha apenas 22 anos, era solteiro, *homem branco*, e *vivia* de ser caixeiro na loja ou casa comercial de seu *amo* Louzada. Sendo conduzido pelo escrivão até a casa do Juiz Brito, ali foi testemunha de um “Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato”. Cumpriram aquela lúgubre missão, além do Juiz Brito, o Escrivão Barreto, o caixeiro Jardim, o Capitão de Mato Francisco Gonçalves Pedro e Antonio da Silva Bueno (que pelo jeito estava na casa de comércio de Louzada quando lá chegou o escrivão). Pelo Capitão de Mato foi dito que o morto era escravo de Louzada, morto “*no ato de ser apreendido em um quilombo*” e Jardim e Bueno reconheceram ser a cabeça de Antonio Banguela.

O africano Antônio cumpria assim a sua sina, iniciada na África e com um ponto de inflexão ocorrido dois meses antes, quando assassinara, junto com outros parceiros, o capataz da chácara do comerciante Louzada. Os homicidas, todos da África Central Atlântica, eram cativos do futuro Barão de Guaíba, que, ao falecer em 1862, alforriou em testamento 23 cativos, quase todos envolvidos em relações familiares oficiais, de um total de cerca 168 escravos. No ano seguinte à morte do Barão, uma *desordem* ocorreu em suas fazendas nas margens do rio Taquari, naquela época já pertencentes ao seu herdeiro universal e compadre, o cirurgião-mor Antonio Moraes. Os depoimentos dos escravos presos e o cruzamento com documentos eclesiásticos evidenciam uma comunidade de senzala madura e que o movimento visava negociar a manutenção de direitos costumeiros. Assim, nossa proposta é estabelecer uma aproximação com as experiências mais cotidianas desta comunidade negra, dispersa (mas interligada) entre o espaço *urbano* de Porto Alegre e o rural de Taquari. Sob a perspectiva de uma história social da cultura, a via de acesso será o uso etnográfico de fontes judiciais, nelas coletando experiências que ilustrem a tensa e difícil constituição de uma comunidade de senzala, onde valores associados a honra e parentesco embasavam relações hierárquicas e pessoais.

A historiadora Lyn Hunt (1993, p. 19) afirma que “*não se pode criar um universo paralelo para explicar uma realidade cultural: a própria relação social e econômica já é produto de uma realidade cultural*”. Segundo ela:



As relações econômicas e sociais não são anteriores às relações culturais, nem as determinam: elas próprias são campo de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser definitivamente explicado por referência a uma dimensão extra cultural da experiência. (Ibid., p. 19)

Partimos do pressuposto, já amplamente por nós comprovado, de que quando morreu Louzada (depois honrado com o título de Barão de Guaíba), em 1862, seu compadre herdou não apenas um grande plantel de escravos, mas uma comunidade madura, entrelaçada por identidades comuns e parentescos. Pensamos então, usando documentos judiciais que encontramos que se relacionam a escravos desta comunidade, pensar sobre a gestão desta coletividade. Os processos criminais são ótimos observatórios sociais, onde podemos perceber motivações e sensibilidades com rara eficácia, incluindo aí sentimentos das classes populares.

Em sua tese de doutorado, o historiador José Remedi (2011, p. 5) perguntava-se:

A honra, enquanto conceito analítico para a historiografia, é válido? Como podemos torná-lo operacional para os historiadores? Como podemos nos acercar do tema da honra? O que ele pode nos revelar para a compreensão das sociedades passadas?

Sobre a historiografia que trata a temática da honra, Remedi (2011, p. 14) salienta as que usam como fonte os documentos judiciais, queixas por infâmia e outros, através dos quais os pesquisadores conseguem vislumbrar "*qual era o conteúdo dos códigos de honra e como era manejado*" pelos envolvidos. O autor chama a atenção para as diferentes concepções de honra existentes, às quais eram exercitadas em práticas cotidianas por pessoas de diversas classes, origens e etnias.

Contrariando as crenças das elites dos séculos XVIII e XIX, o cuidado e a defesa da honorabilidade, da reputação, era de suma importância para os setores médios e populares, indígenas, castas e negros. Especialmente para os pobres a honra era a forma de arranjar formas alternativas de hierarquias, vinculadas ao proceder, ao bom nome e ao respeito. A relação entre a honra e a violência, conforme relatam pesquisas para a América colonial, está presente nos setores populares, nos quais a defesa da honra assumiria formas próprias, espontâneas e diretas. (REMEDI, 2011, p. 12)

Não nos escapa que a honra tinha um componente de fortuna, status e limpeza de sangue, o que excluiria os cativos. Mas parece-nos defensável pensar que o sentimento da honra era plural, um atributo que não se limitava às elites. Na verdade, ela estabelecia limites aos abusos e excessos e pode nos ajudar a entender fatos criminosos.



Segundo Fradkin (2009, p. 125), os costumes ou normas consuetudinárias, era "*un campo de fuerzas en tensión y conflicto, que al tiempo que fija ciertos limites al margen de acción social ofrece también ciertos recursos sociales para ser manipulados en función de la experiencia social dentro de una racionalidad selectiva*". Os documentos judiciários, ao evidenciarem o contato íntimo entre seres posicionados desigualmente nas hierarquias sociais e étnicas, nos permitem captar as sutilezas do intercâmbio social (ELIAS, 1993, p. 17), aqui usando a palavra *sutileza* não no sentido de brandura ou graciosidade, mas de perspicácia, argúcia, sagacidade.

Manoel Alves dos Reis Louzada era bem conhecido em Porto Alegre. Nascido no Rio de Janeiro, de onde veio para a província sulina em 1805: "*Na praça fluminense já atuavam como negociantes de grosso trato seu pai e seu avô, o que lhe fornecia fundos para dar início ao seu próprio negócio e contatos comerciais para efetuar a entrada e saída de mercadorias do Rio Grande de São Pedro. Na altura de 1817 ele doava voluntariamente 200.000 réis para as despesas com a guerra de 1816-1821, que resultou na anexação da Banda Oriental*". (COMISSOLI, 2008, p. 8) Aqui instalou-se com casa comercial na capital da província, comprou embarcações, escravos e fazendas, principalmente na região de Taquari. Entre 1822 e 1824, no processo da independência, foi integrante da Junta de Governo Provisório do Rio Grande de São Pedro. Entre 1830 e 1833 fez parte do Conselho Geral da Província e em 1855 foi agraciado com o título de Barão de Guaíba (CARVALHO, 2011, p. 84-85).

Segundo seu inventário, de 1862, o Barão de Guaíba tinha "*uma chácara além da Ponte do Riacho com cinquenta braças, de frente ao caminho de Belas e fundos ao riacho, com casas de vivenda e mais pertences*" (APERS – 2º Cartório do Cível, Porto Alegre, Inventário nº 255, maço 13, 1862, Inventariado: Barão de Guaíba, Inventariante: Antonio José de Moraes).

Naquele ano de 1821, labutavam nesta chácara, nos arredores de Porto Alegre, vários escravos, controlados em seus afazeres diários pelo capataz Antonio Joaquim de Abreu, compadre de Louzada. Pois foi o cadáver do capataz Abreu que em 1º de setembro daquele ano foi encontrado em uns matos, em terras do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, junto ao Rio Gravataí, imediatamente recaindo as suspeitas sobre os escravos que com ele foram, naquele mesmo dia, cortar e falquejar madeira. Segundo o auto de exame e corpo de delito feito pelo cirurgião aprovado Custodio José Inácio Rodrigues:

[...] declarou achar do lado esquerdo do crânio, na região temporal, uma fratura circular que compreendia a parte média do osso coronal parietal e



todo o osso temporal, feita com instrumento contundente, o qual pela compressão das pares nobres, bem como o cérebro, de necessidade lhe devia resulta a morte.

O grupo era formado pelos africanos João Angola, AntonioBanguella, Pascoal Cabinda, José Congo, Domingos Rebolo, Caetano Moçambique e o *moleque* Joaquim Monjolo. Por questões óbvias, já que no mato só estavam os escravos e o capataz, numa situação no mínimo arriscada, as testemunhas arroladas no processo de homicídio só ouviram dizer do crime. O Tamanqueiro Manoel da Silva, por exemplo, declarou em juízo que O dia 1º de setembro de 1821 era um sábado e neste dia o capataz Antonio Joaquim conduziu um grupo de escravos de seu amo Louzada para cortar madeira em matos próximos. ouviu dizer “*que os pretos de Manoel Alves dos Reis Lousada mataram o seu Capataz, cujo nome ignora*”.

O mais completo depoimento é do já citado caixeiro Marcos Gomes Jardim, que *ouviu* que o capataz da chácara de seu amo fora assassinado pelos *próprios negros*, para a parte de Gravataí, sendo o corpo achado no sitio do Coronel Vicente, “*cujo sítio tinha ido o referido capataz com os negros a cortar madeira, e por tal noticia mandou seu Amo uma canoa ver o dito corpo, que sendo conduzido a esta Vila foi reconhecido ser o próprio capataz, espalhando-se a voz ter sido morto pelos próprios negros*”. Depois foi preso Pascoal Cabinda e este relatou que o assassino era o seu parceiro AntonioBanguella:

[...] por que mandando o referido capataz amarrar a um de seus parceiros para o castigar, e não querendo ele nem os outros seus parceiros fazer o que mandava, pegou então o capataz um pau para lhes dar e neste ato o negro Antonio Banguela o agarrou pelas goelas e agarrando os outros seus parceiros João Angola e outro Banguela no Capataz pelos braços, largou dele o dito Antonio Banguela e lançando mão de um Machado, com ele lhe deu uma pancada com que o matou; mas ouviu ele testemunha depois dizer um Moleque pequeno que com os pretos tinha ido, que a morte fora feita porque estando os seus parceiros sentados a almoçar e mandando o dito capataz, depois deles terem acabado, que fossem para o serviço, sem mais precedência alguma saltaram todos sobre ele os referidos pretos e juntamente a Pascoal, e que a morte fora feita pelo preto Antonio Banguela, o qual pegando em um machado que estaca ao lado de si para ir para o serviço, com que lhe deu na cabeça e depois amarram também ao moleque e o levaram para o quilombo, onde ele se escapou e veio para a casa de seu senhor.

Dois dos pretos foram presos e incriminados pelo crime: João Angola e Pascoal Cabinda. João disse ser de nação Angola, escravo de Louzada, solteiro, pintor, ignorava a idade, mas *parecia* ter 30 anos. João contou que o capataz tinha sido morto por seu parceiro Antonio Banguela, quando foram em grupo “*tirar madeiras com o dito Capataz para a parte*



da Olaria do Coronel Vicente, ignorando o motivo por que o seu parceiro Antonio o matou". Ele negou veementemente ter ajudado no assassinato, alegando que estava trabalhando no interior do mato, "*ficando o capataz só com o dito AntonioBanguella e o moleque Joaquim a falquearem alguns paus que já estavam cortados*". Com medo, João teria fugido, sendo preso muito tempo depois em Pedras Brancas, região próxima de Porto Alegre.²

Pascoal também seguiu a senda argumentativa de seu parceiro angolano. Disse ser de nação Cambinda, escravo de Louzada, solteiro, roceiro, 30 anos. Identicamente a João, ele nada viu, pois estava dentro do mato a cortar uns saibros, ficando perto do rio o capataz e Antonio Banguela a falquearem alguns paus que já estavam derrubados. Depois foi ter com eles no mato o moleque Joaquim Monjolo dizendo que Antonio tinha assassinado o capataz: "*e vindo ele interrogado com seus parceiros a praia acharam o capataz já morto e junto a ele o seu parceiro Banguela, dizendo que o tinha morto e que cada um seguisse o seu rumo, então ele interrogado com os outros fugiram para o mato*".³

Não sabemos se este *assassinato reivindicativo* foi previamente planejado ou partiu do rompante de Antonio Banguela e seus parceiros, todos vindos da África Central Atlântica.⁴ Também não sabemos se se tratava de um homicídio associado a uma fuga coletiva ou a uma tentativa brusca (e sanguinolenta) de demandar melhores condições de trabalho. O que é evidente é a situação frágil em que se encontravam estes indivíduos – de setores sociais pobres ou remediados – que assumiam os postos ligados diretamente ao controle dos trabalhadores escravizados. Eles ficavam entre as ordens dos senhores de terras e escravos, muitos dos quais absenteístas, que de longe exigiam eficiente controle, manutenção e exploração de suas propriedades semoventes, e dos próprios cativos, que esgotados de corpo e alma, procuravam impor ritmos próprios de trabalho.

As autoridades judiciais, mesmo mantendo os dois africanos presos por longo tempo, não encontraram nos autos provas "*que faça culpa aos réus*". E quanto a fuga como indício de culpa:

² João era descrito, em seu auto de prisão, como de preto engrenhado, corpo delgado, estatura ordinária, rosto comprido, lábios grossos, nariz chato, sobrançelas delgadas, olhos pretos, barba cerrada, uma grande cicatriz na fonte do lado esquerdo e com falta da mão esquerda.

³ Pascoal tinha estatura mais que ordinária, corpo grosso, rosto comprido, cabelo preto engrenhado, sobrançelas grossas, olhos pretos, nariz chato, lábios grossos e barba preta e cerrada.

⁴ Louzada é apontado em alguns documentos como negociante de escravos. Com as ramificações comerciais que tinha no Rio de Janeiro (onde, como já vimos, seu pai e avô foram negociantes de peso), é natural que estes cativos tivessem certa homogeneidade étnica, pois sabemos as relações privilegiadas do porto da Corte com a África Central Atlântica. (FLORENTINO, 1997)



[...] este mesmo é tão débil, que nenhuma consideração merece, por ser um motivo aparente, e que os escravos praticam ainda ocupados de qualquer terror pânico, e sem outra alguma razão do que a falta de consideração, e sendo com esta exposição análogas as respostas, que os mesmos réus deram nas perguntas judiciais, que tendo visto o capataz morto pelo sobredito AntonioBanguella, com o medo fugiram para o mato, fica destruído inteiramente esse indício: e mais se confirma, por que consta o Auto de reconhecimento, que o dito agressor AntonioBanguella fora encontrado, morto no Quilombo, resistindo, e os réus foram presos perto da cidade no lugar das Pedras Brancas, não tendo acompanhado ao matador, em se achando unidos com o mesmo.

João Angola e Pascoal Cabinda foram absolvidos, por falta de provas, em 14.09.1824, pelo Juiz Presidente José Maria de Sales Gameiro da Mendonça, e libertados a requerimento de seu senhor, em 15 de outubro do mesmo ano. Os leitores mais atentos devem ter ficado se perguntando sobre o moleque que tudo assistira e que poderia, com seu depoimento, incriminar ou definitivamente inocentar os réus. Pois os juízes lembraram deste aspecto mas decepcionados, porém absolutamente acomodados com as práticas senhoriais, ficaram sabendo que, espertamente, Louzada vendera Joaquim Monjolo para fora da província. Esta venda indica, provavelmente, que Louzada sabia tratar-se de uma ação coletiva e que o moleque poderia perigosamente comprometer seus outros escravos. A cabeça do preto Antonio Banguela contentou as ânsias de vingança e justiça das autoridades e dos senhores, ficando a artimanha de Louzada quase como uma aceitação resignada da atitude grupal dos africanos sob seu jugo. A alma do capataz Antonio Joaquim não deve ter descansado em paz, afinal seu compadre Louzada abdicou de investigar seus algozes, preferindo compactuar com seus escravos e salvar sua propriedade.

A experiência de Louzada no tratamento com os seus escravos, que quando morreu contabilizavam mais de 145, deve ter sido fator importante na conformação da comunidade de senzala que se gestou em algumas de suas propriedades. Assim, na sequência deste artigo, utilizaremos outra série documentação para avançarmos na análise das políticas senhoriais e nas estratégias cativas.

* * * * *

Segundo os papéis encontrados, Louzada instalou-se na freguesia de Taquari em 1808, comprando 650 braças de terras de José Caetano Pereira, na margem do rio Taquari, com “porção de escravos com Agricultura”, e montou, além de roçados, “uma Fábrica ou



Engenho de Serraria de Madeiras, em utilidade sua e desta Capitania”. Junto com as terras comprou “*um escravo de nação Guiné por nome Vicente e alguns bens móveis e de bois*”⁵. Pois foi neste cenário que ocorreu o drama a seguir.

No ano de 1863 as autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul receberam que uma insurreição escrava estivesse sendo organizada às margens do rio Taquari, local próximo da capital e caracterizado pela instalação de fazendas de agricultura e pecuária, extração de madeira, etc. A polícia logo foi mandada até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antonio José de Moraes e prendeu os *cabeças* do que rapidamente ficou esclarecido tratar-se de uma *desordem* e não exatamente uma sublevação.

As informações prestadas pelos escravos presos, castigados e levados para a capital Porto Alegre nos dão a ideia de tratar-se de um local onde uma comunidade negra de senzala consistente vinha se constituindo há décadas e que o movimento visava negociar a manutenção de direitos costumeiros já adquiridos. Na realidade, o proprietário efetivo dessa fazenda havia falecido no ano anterior. Tratava-se do Barão de Guaíba, o qual em seu testamento libertara cerca de 23 cativos, todos enredados em relações familiares oficiais, reconhecidas pela Igreja Católica⁶. Pensamos que esse caso pode trazer informações sobre as políticas senhoriais de dominação, a formação de uma comunidade na senzala e as hierarquias internas que a mesma comportava. Almejamos, numa perspectiva microanalítica, um estudo de caso sobre a comunidade negra que ali se gestou, procedendo a uma investigação verticalizada, usando de fontes empíricas diversas: documentos eclesiásticos, processos criminais, inventários, etc. O presente texto, entretanto, resente-se de tratar-se de uma pesquisa em andamento, por isso dados diversos já levantados ainda não foram inseridos.

Vamos ao episódio de 1863.

Numa frase já clássica do historiador João José Reis (2003: pág. 10), encontramos uma síntese do que ocorre, em termos de fontes primárias básicas às investigações voltadas aos populares: “*Mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia*”. Ou seja, documentos produzidos por órgãos de controle servem, no presente, para nos ajudar a mapear e decifrar comportamentos diversos. Táticas voltadas para a restrição das autonomias dos setores populares e a manutenção da segurança pública e privada, produziram os melhores documentos para o entendimento das lógicas e anseios desses setores.

⁵AHRS – Fundo Requerimentos – 1813, maço 8 (Terras), Maço 6 (Fazenda).

⁶ Ao final deste artigo anexamos o texto original e integral do testamento do Barão de Guaíba.



Temos dois documentos fundamentais para entendermos o desenrolar dos acontecimentos quanto a *insurreição* de 1863 em Taquari/RS. Um deles foi produzido imediatamente aos fatos, pela polícia provincial⁷ e o outro é o relato do Presidente da província do Rio Grande do Sul, Espiridião Eloy Barros Pimentel, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbu⁸. É ainda raro, mas de grande potencial, o cruzamento das correspondências provinciais internas e aquelas enviadas para a Corte, para ministérios diversos. Muitas vezes elas trazem dados e narrativas que se complementam. O Presidente da província tinha que *provar* ao Ministro da Justiça que sabia gerenciar o controle da segurança pública. Pimentel tinha que se esforçar nesse ínterim, pois Cansansão conhecia bem o Rio Grande do Sul, já que administrara a província entre 02.12.1852 e 01.07.1855. O Presidente tinha que convencer o Ministro que, mesmo não estando enraizado na província, conseguia gerenciar os funcionários locais e potentados locais, obtendo informações sobre os principais acontecimentos, seja insubmissões dos cativos ou desmandos e incompetências administrativas de alguns senhores e seus apaniguados.

Em 16 de janeiro daquele ano de 1863, o Presidente da província Pimentel expediu o ofício número 8 do Palácio do Governo em Porto Alegre, dirigido ao Ministro da Justiça Cansansão de Sinimbu, onde relatava o ocorrido:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. as seguintes ocorrências que tiveram lugar no termo de Taquari, Comarca desta Capital, e que me foram comunicadas pelo Chefe de Polícia. Nos primeiros dias deste mês nas fazendas de agricultura pertencentes ao cirurgião mor Antonio José de Moraes, e citas no mencionado termo, apareceram indícios de insubordinação de escravos. Avisado, o Delegado de Polícia respectivo, no dia 8 do corrente, fez logo partir para aquelas fazendas um Inspetor de Quarteirão com algumas praças: o qual efetuou a captura de dois escravos, que eram os aliciadores de seus parceiros, parecendo-lhe entrarem as fazendas no curso regular de seus trabalhos. Entretanto alguns pretos procuraram embargar a passagem da escolta, que havia sido reforçada, e que chegou a seu destino, sendo os presos efetivamente recolhidos a Cadeia. Avisado o Chefe de Polícia destes acontecimentos, fez partir para aquele lugar uma força do Corpo Policial, acompanhada do cirurgião Moraes, a cuja chegada os escravos prestando obediência pediram perdão. Por ordem do Chefe de Polícia foram conduzidos a esta capital os dois principais culpados, afim de serem interrogados, e fazerem-se todas as diligências para capturar

⁷ AHRS – Fundo Polícia, Inquéritos, maço 3. Auto de Perguntas – 17 de janeiro de 1863 – Secretaria de Polícia de PORTO ALEGRE – Chefe de Polícia Dario Rafael Callado.

⁸ ANRJ - Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1585 – Caixa 6637, Dep. 211. Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – Ofício nº 64, de 11.01.1863.



mais sete que ainda se conservam ocultos nos matos. Com a maior satisfação tenho a honra de participar a V. Exa. que a tranquilidade pública não foi nem de leve alterada naquele termo, e que a segurança de seus habitantes, não corre o menor risco. Deus Guarde a V. Exa. Ilmo. e Exmo. Senhor Conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. [assinado] Barros Pimentel

Rio Taquari tem 3 afluentes à direita (rios Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim); na margem esquerda possui os arroios Boa Vista e Estrela. – desemboca no Rio Jacui, na cidade do Triunfo.

Dois *cabeças* da revolta foram interrogados em Porto Alegre e em seus depoimentos é que nos baseamos. Trata-se dos escravos Manuel e Francisco, que, antes de darem seus depoimentos *livres de ferros e constrangimentos* foram presos, amarrados e mantidos no tronco por dois dias e meio! Os *aliciadores de seus companheiros* assim eram descritos:

- ❖ Manuel (preto, 18 anos, solteiro, carreiro, nascido nesta Província, morador na fazenda Conceição há anos);
- ❖ Francisco (32 anos, casado, alfaiate e hoje falquejador, natural de Maceió, morador na fazenda há 5 anos);

No período do levante, o município de Taquari era dividido em dois distritos, com 30 quarteirões e 1.177 fogos, sendo sua população total de 9.932 habitantes, dividida em 6.995 livres (70,4 %), 236 libertos (2,37 %) e 2.701 escravos (27,2 %). Os dados mostram que a população escrava de Taquari, em termos proporcionais, extrapolava a média provincial.

Tabela 1 - População escrava provincial, 1858/1872

Ano	Livres e libertos	Escravos	População total	% escravos
1858	213.533	71.911	285.444	25,20
1860	233.367	76.109	309.476	24,59
1861	266.639	77.588	344.227	22,54
1862	294.725	75.721	370.446	20,44
1863	315.306	77.419	392.725	19,71
1872	367.022	83.370	450.392	18,50

Fontes: Quadro estatístico do número de escravos matriculados nas estações fiscais, (1873). Relatório Diretoria Geral de Estatística (DGE), 1875. ARAÚJO, 2011.



O Vale do Taquari está localizado a aproximadamente 100 quilômetros de Porto Alegre. A região, da qual faz parte Triunfo, São Jerônimo, Cachoeira, Rio Pardo e Santo Amaro, foi ocupada oficialmente a partir de 1750, com a concessão de sesmarias pelo governador da Capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antonio Brito Leme. Essa ocupação foi acelerada em 1760 com a invasão espanhola de D. Pedro Ceballos. Como a distribuição de sesmarias não foi suficiente para acabar com o *vazio demográfico*, que tornava a região suscetível de uma invasão castelhana, principalmente dirigida ao ataque da *tranqueira invicta* de Rio Pardo, a Coroa, então, criou alguns povoados – São José de Taquari e Santo Amaro; e em 1760 estas povoações receberam casais de açorianos. Estrategicamente, Taquari foi construída a 18 Km da foz deste rio, no Rio Jacuí.

A Região do Vale do Taquari, possui uma grande importância geopolítica no final do século XVII e no início do XIX, em função das estratégias de defesa do quartel de Rio Pardo. As áreas campeiras das regiões do planalto, das missões, da depressão central e da campanha, as terras nobres da Província, já haviam sido apropriadas neste momento. Estas eram mais procuradas não apenas por permitirem a pecuária, a atividade mais lucrativa neste momento, mas também por abrigarem, em boa parte dos casos, rebanhos de gados selvagens, o gado *chimarrão*. Os constantes conflitos que envolviam as fronteiras luso-brasileiras, nesta região, aumentavam constantemente os números de concessões de terras como recompensas pelos serviços militares prestados pelos milicianos. É neste sentido que as terras florestais do vale do Taquari foram rapidamente doadas no primeiro quarteto do século XIX. (CHRISTILINO, 2004, p. 34)

Era, entretanto, uma elite com capital político e social, mas relativamente *desafortunada*:

Assim, apesar de economicamente não constituir uma região de destaque na produção sul-rio-grandense, o Vale do Taquari estava, em relação às suas terras, subdividido entre uma parte significativa da elite provincial, como as famílias Lousada, Ribeiro, Oliveira Bello, Mariante e os Azambuja, os quais, por meio de ligações de prestígio em toda a Província, pelo uso de seus cargos burocráticos, também pelos seus postos na GN, asseguraram concessões e ‘títulos’ de terras. Era uma elite, portanto, que possuía um respeitável prestígio, mas desafortunada, pelo menos até o início do surto imigratório da década de 1850. (CHRISTILINO, 2004, p. 40-41)

Documentos de 1845 (Ibid.,p. 165) mostram a existência de índios (*bugres*) nos matos, gerando uma polícia provincial de extermínio deliberado dos mesmos. Ou pelo menos daqueles que não se *acomodassem*. Com a gradual pacificação da área, as elites locais perderam importância para as da fronteira oeste. A crise era contrabalançada pela valorização



das terras pelo processo imigratório: expansão das colônias do Vale do Rio dos Sinos em direção ao Rio Cai. Esse processo foi intensificado pela fundação das Colônias de Santa Cruz (1854) e Montealverne (1859), intensificando-se o processo de *enxaimagem*: aumento populacional das colônias fazia com que estes colonos e principalmente seus descendentes se espraiassem pela província⁹.

No período de 1850 a 1890 se concentraram no vale do Taquari o maior volume de comercializações fundiárias do RGS, foram criadas 1 colônia oficial de imigração (Monte Alverne) e 27 particulares, o maior número da Província, sem contar o grande número de linhas e picadas não registradas como tais. (CHRISTILINO, 2004, p. 170)

Importante destacar que pequena parte desta região é constituída de campo, portanto, a pecuária não era uma atividade fundamental, apesar de presente.

Rebanho	1856	1878
Cavalar	1.759	
Vacum	30.345	46.302
Lanífero	1.373	
Caprino	82	450
Suíno	118	18.300
Ovino		1.387

Fonte: CHRISTILINO, 2004, p. 39.

A produção de trigo, que havia sido importante no início do século XIX, em 1850 estava estagnada por várias causas, mas principalmente pela praga da ferrugem. Assim, as principais atividades econômicas do vale do Taquari, no início da década de 1850, segundo o mesmo autor acima, eram:

- produção de tábuas de pinho: era a principal atividade econômica local. Existiam 14 engenhos de serras movidos à água (toras mandadas amarradas eram mandadas pelo rio, principalmente para Porto Alegre);

⁹ “A *enxaimagem* é a metáfora utilizada por Jean Roche (1969) para descrever a expansão das áreas coloniais, quando os filhos dos primeiros colonos eram obrigados a se deslocarem para novas regiões em busca de terras para cultivar, o que já não poderiam realizar nas primeiras áreas em função da divisão do lote familiar entre vários herdeiros. Desta forma a pressão demográfica obrigava-os a buscarem novas áreas, a exemplo do que fazem as abelhas na sua *enxaimagem*.” (CHRISTILINO, 2008, p. 146)



- extração de erva mate;
- extração de pedras;

O proprietário original da fazenda Conceição não pode ser considerado um *desafortunado*. O historiador Christilino (2004, p. 229), um dos raros investigadores a focarem a região em questão, destaca que o Barão de Guaíba “possuía várias outras áreas de terras e um grande prestígio naquela época, e é mais um personagem quase que ausente na massa documental”. Tal *ausência* se justifica pois o Barão (Manuel Alves dos Reis Louzada) residia em Porto Alegre, onde possuía chácara e casa de negócio, estando seus bens registrados nos cartórios da capital.

Voltando aos depoimentos dos *aliciadores* ou *cabeças* do movimento de 1863, percebemos que não era o cativo em si o motivo do protesto, mas as condições do mesmo, a diminuição dos espaços de autonomia conquistados. O Barão de Guaíba morreu no ano anterior a *desordem* dos cativos da Fazenda Conceição, viúvo e sem filhos, deixando como testamentário e herdeiro universal de seus bens o seu *compadre*, o cirurgião Antonio José de Moraes. Parece-nos, assim, que o que ocorreu em 1863 foi gerado pelo descontentamento dos cativos ao perceberem mudanças na administração das fazendas e, portanto, em seus direitos costumeiros, duramente negociados e conquistados ao longo de décadas. O desgaste da relação dos cativos com o capataz da Fazenda Conceição, chamado João, era palpável. Em negociações com o cirurgião Moraes - proprietário absenteísta da fazenda - os escravos acertaram a demissão do capataz João, por maus tratos. Mas deixemos que eles nos contem o que os motivou ao movimento coletivo:

Francisco – P. se o capataz tinha castigado alguém na Fazenda da Conceição? Não.

P. porque fugiram seus parceiros na segunda-feira de noite?

R. que na véspera do natal, 3 escravos da fazenda do **Pinhal - Manoel Ferreiro, Bento e Domingos Carreiro**, tinham saído sem licença, voltando no dia seguinte, das 10 para as 11 horas, e tornando a sair, por esta falta dizia-se na **Conceição** que vinha gente de **Taquary** prender a eles 3; que os escravos da **Conceição** estavam jurados pelo capataz por terem feito requerimento ao senhor para que não o empregasse como capataz, porque da outra vez que tinha estado maltratara a gente tirando até as rações pra dar aos cachorros; o senhor disse ao administrador que nomeasse outro capataz, mas logo depois entrou o mesmo e começou a ameaçar os escravos andando todo armado na fazenda.

Manoel:

P. porque fizeram **desordem** na fazenda?

R. que tendo estado já por duas vezes na mesma fazenda o capataz **João**, foi despedido pelo senhor, e os escravos pediram ao mesmo senhor que não o



pusesse lá mais. Vindo o senhor para a cidade, o senhor moço **José** mandou entrar o mesmo **João para capataz haverá um mês mais ou menos**.
P. se o capataz castigou os escravos?
R. que não.[...]

Irritado com os gestos cotidianos de rebeldia dos cativos, o capataz (contando com o respaldo do senhor moço, o advogado Antonio José de Moraes Júnior), e talvez suspeitando de uma ação coletiva mais radical, procurou antecipar-se e atacou as senzalas:

Manoel

R. que não se levantaram, que o capataz por ser vingativo veio a Taquari queixar-se sem razão, e na terça-feira a meia-noite apresentou-se na Fazenda com gente e cercou as sanzallas. Ele respondente e os mais escravos ouvindo barulho levantaram-se da cama, então um dos homens que estava na parte de fora chegou a janela da sanzalla e deu-lhes voz de prisão, ao que responderam que não tinham cometido crime nenhum e o escravo Justo abriu a porta pela parte de dentro, com uma faca; estavam seis pessoas dentro da sanzalla – Pedro Cabinda, Pedro Crioulo, Justo, Antonio, José Maria e ele respondente, além do preto velho Luiz e de dois crioulinhos, Miguel e Ventura; os outros que costumavam dormir na Sanzalla tiveram aviso de que haviam de ser presos e dormiram fora no mato = aberta a porta, ele respondente e seus cinco companheiros cada um com seu cacete e avançaram para os homens com o capataz; eram 8, ele respondente e Chico Alfaiate, digo falquejador, ficaram presos, os outros escaparam-se para o mato.

P. qual dos que saíram da sanzalla mandou avançar?

R. que todos saíram juntos.

Francisco – P. como teve lugar a desordem que houve na fazenda?

R. que na terça-feira de manhã apareceram na fazenda uns Guarda Nacionais da Costa do Rio com o Sargento da Polícia, cercaram a senzala em que ele respondente morava e quando saiu o amarraram; que nessa noite tinham fugido da mesma Fazenda dois casados, Venceslau e Mateus Moçambique, e três solteiros, Romão, Cândido e Pedro Pernambuco, sem que ele respondente saiba porque, depois dele respondente amarrado, quando os moços andavam no corredor dos casados a procura dos outros que tinham fugido, os solteiros na outra sanzalla arrombaram a porta e saíram armados de cacete e faca, vindo adiante Justo, depois Pedro e por fim Manoel, que está preso, vieram os moços para os atacar e eles correram, Justo e Pedro ganharam o mato, Manoel foi cercado, levou um pausaço nas costas e um talho pequeno na testa de uma bordoadada do moço Chico Osório, e por fim foi amarrado. Foram os dois trazidos para a Fazenda do Pinhal, onde estiveram no tronco dois dias e meio e dali vieram para a Vila.

Os depoimentos acima são notáveis na quantidade de dados que nos fornecem, seja na estruturação da senzala ou na expressão de solidariedade comunitária. Note-se que, perguntado a Manoel quem havia mandado (liderado) a saída da senzala e o ataque aos invasores ele afirmou categoricamente – “*que todos saíram juntos*”.



Infelizmente, devido ao espaço que temos para compor este artigo, não poderemos avançar muito na análise, entretanto, cabe destacar que reincidentemente temos nos documentos informações que indicam a existência de uma comunidade de senzala, solidamente entramada por laços diversos, que havia conquistado (na negociação com seu *paternal* senhor falecido no ano anterior) uma boa gama de direitos costumeiros, tais como:

- Chave da Senzala com o um preto velho;
- Porte de *armas* (facas, cacetes);
- Mobilidade: cavalo, passeios;
- Reclamações/negociações com o senhor;

Segundo nossos dois informantes:

Manoel:

P. se tinham sempre cacetes?

Respondeu que tinham sempre para passear.

Francisco:

P. se ele respondente pediu licença ao administrador para comprar um cavalo?

R. que não, que os da fazenda da estância pediram esta licença ao senhor, que não a deu com certeza, mas que prometeu se cumprissem suas obrigações.

Para encerrar informamos que, no estado atual da pesquisa, estamos investindo na verticalização da investigação, procurando captar a constituição desta comunidade negra de senzala, a sua arquitetura relacional, através de documentos diversos, como fontes eclesiásticas, processos criminais, etc.

Os passeios costumeiros destes pretos eram vitórias quotidianas duramente conquistadas, e não podem ser menosprezados. Ao perceberem a imposição de limites aos seus direitos costumeiros, ligados principalmente a mobilidade, esses escravos decidiram abandonar uma estratégia calcada na negociação e no trabalho e passaram aos planos de insubordinação aberta. Assim, percebemos que revolta e negociação cotidiana não são planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos.

Conforme Emilia Viotti da Costa (1998, p. 89;99-100): “*normas e usos costumeiros geravam expectativas em ambos os lados*” e a violação poderia provocar vários atos, como fugas, reclamações e greves – “*enquanto os senhores sonhavam com o poder total e a obediência cega, os escravos entendiam a escravidão como um sistema de obrigações*”



recíprocas. Eles presumiam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível que definia regras e obrigações, um texto que usavam para avaliar qualquer violação a seus ‘direitos’”.

Segundo Rodrigo Weimer (2013, p. 378), “*as pessoas não lutam para ver, tão-somente, atingidos seus interesses materiais, mas também para fazer prevalecer aquilo que consideram moralmente correto*”. Visualizar estes documentos judiciais nos permite perceber os imperativos morais da luta social, através da qual se impunham limites à ação senhorial. Recorrer à violência contra um dos agentes do senhor podia ser um recurso extremo para *negociar* melhorias cotidianas. Claro que alguns membros da comunidade se *sacrificavam*, mas é impensável que experiências traumáticas como esta (e do crime de 1821) não tenham repercutido coletivamente e que não tenham deixado indeléveis marcas na memória comunitária.

Este sentimento difuso que estamos chamando de honra se alimenta de questões ligadas ao gênero (principalmente à masculinidade), mas também é acionado por visões contraditórias do que seria o castigo justo e o cativo suportável. O antagonismo e a resistência não se evidenciam apenas quando a ordem ou o relacionamento diário era ameaçado ou rompido, mas também quando indivíduos (representando coletividades diversas) agem, exigindo respeito e reclamando de abusos. Tanto os escravos, como os senhores, viviam em um campo de possibilidades limitadas, não se configurando nem como *vítimas* passivas, nem como *algozes* todo poderosos. Senhor e escravos eram interdependentes e seus planos e ações individuais possuíam autonomia relativa (ELIAS, 1993, p. 289).

Abreviaturas

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Referências bibliográficas

ARAÚJO. Thiago Leitão de. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. **5º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. POA, UFRGS, 2011.
BEATTIE, P. M. 2009. **Tributo de sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945. São Paulo, Editora da USP.



BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão-Pará - 1840/1860. **Topoi** (Rio de Janeiro), RJ, v. 02, p. 73-112, 2001.

CARVALHO, M. J. M. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, RJ, v. 3, n. 6, p. 49-72, 1998.

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário sul-riograndense**. 2.^a ed. Porto Alegre, Renascença: EDIGAL, 2011.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

CHARTIER, Roger. Existe una nueva historia cultural? In: GAYOL, Sandra; MADERO, Marta (org.). **Formas de Historia Cultural**. Buenos Aires; Prometeo Libros; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2007.

CHRISTILINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. São Leopoldo: UNISINOS, PPGH, 2004, (Dissertação de Mestrado).

_____. A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no rio grande do sul. **Saeculum**. v. 18, p. 143-160, (UFPB), João Pessoa, jan./jun. 2008.

COMISSOLI, Adriano. Idiomas cruzados e traduções truncadas: a Junta de Governo Provisório do Rio Grande de São Pedro (1822-1824). **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizatório**. Volume 2. Formação do estado e Civilização. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FRADKIN, Raúl O. Ley, costumbre y relaciones sociales en la campaña de Buenos Aires (siglos XVIII y XIX). In: FRADKIN, Raúl (org.). **La ley es tela de araña**. Ley, Justicia y Sociedad Rural en Buenos Aires, 1780-1830. Buenos Aires, Prometeo, 2009, pp. 121-151.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

GAYOL, Sandra. **Sociabilidad en Buenos Aires, hombres, honor y cafés, 1862-1910**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000.

GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução**. São Paulo, Global Editora, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

HUNT, Lynn. “Apresentação: História, cultura e texto”. In: **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1993.



- MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994.
- MOTTA, Isadora Moura. **O 'vulcão' negro da Chapada**: rebelião escrava nos sertões diamantinos. Campinas, UNICAMP, 2005. (Dissertação de mestrado)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (org.). **Sociabilidades, justiça e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A conspiração escrava de Campinas, 1832**: rebelião, etnicidade e família. Campinas, UNICAMP, 2005. [Dissertação de mestrado]
- REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. A História do levante dos Malês em 1835. Edição revista e aumentada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de Honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião**. São Leopoldo, PPGH-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogos seletivos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 62-78.
- SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra*: Vida e trabalho de domésticas e vendedoras no recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária da UFPE, Salvador: EDUFBA, 2011.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Niterói, PPGH/Universidade Federal Fluminense, 2013, 465 p. [Tese de Doutorado em História].

Recebido em Julho de 2013.
Aprovado em Agosto de 2013.